



## A INEVITÁVEL DOSE DE FICÇÃO DA LINGUAGEM

MARIA LUCIA SANTAELLA<sup>1</sup>

**RESUMO:** A concepção de Flusser, de que a distinção entre o ficcional e o não ficcional não é ontologicamente fundamental, é uma concepção original, mas, ao mesmo tempo, enigmática. Diante disso, por meio de uma metodologia semiótica-cognitiva, este artigo visa explorar esse enigma ao tomar como foco de discussão o modo como essa concepção se comporta na ciência, então, na fotografia, seguida das perplexidades da filosofia. Por fim, o artigo pretende resgatar a especificidade da ficção que é própria das obras literárias em que a criação humana expõe seus poderes da imaginação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ficção, Ciência, Fotografia, Filosofia, Literatura.

**ABSTRACT:** Flusser's conception that the distinction between the fictional and the non-fictional is not ontologically fundamental is an original conception, but, at the same time, it is enigmatic. Given this, through a cognitive-semiotic methodology, this article aims to explore this enigma by taking as focus of discussion the way this conception behaves in science, then in photography, followed by the perplexities of philosophy. Finally, the article aims to rescue the specificity of fiction that is characteristic of literary works in which human creation exposes its powers of imagination.

**KEYWORDS:** Fiction, Science, Photography, Philosophy, Literature.

Pensar e escrever sobre filosofia e ficção em Vilém Flusser é tarefa difícil depois, entre outros trabalhos, da coletânea organizada por Gustavo Bernardo (2011), também depois da tese defendida por Thiago Mitterayer (2021) e, mais ainda, considerando-se a obra de Erick Felinto, todas elas com ênfase na importância dada à ficção nos escritos de Flusser. Há certamente variações sobre o tema: filosofia da ficção, ficção filosófica, filosofia inspirada na ficção ou ficção com caráter filosófico e, então, a mescla indissolúvel entre ficção e filosofia que se aproxima de uma filosofia poética. A dificuldade que aqui se põe é a de encontrar um caminho de reflexão que não se limite ao que já foi dito.

Tomando por base em especial os livros de Flusser *Língua e realidade* (2007), *A escrita* (2010) e *A dúvida* (2011) que estão pontilhados de passagens em que a questão da ficção é

---

<sup>1</sup> Pesquisadora 1A do CNPQ. Professora titular no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e no programa de Pós-graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, ambos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e tem Livre-Docência em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lbraga@pucsp.br.

colocada em relevo, o objetivo deste artigo é trilhar um caminho semiótico-cognitivo que terá como alvo confirmar as teses de Flusser de que a distinção entre a escrita ficcional e a não ficcional é de uma ordem ontológica secundária. Ecoando essa tese, este artigo tomará como ponto de partida a afirmação, a ser discutida, de que toda e qualquer linguagem carrega consigo uma dose inevitável de ficção. Começo com a ciência, em especial as ciências duras que são aquelas que têm a pretensão de penetrar nas nervuras do real.

### **A dose de ficção da ciência**

As ciências duras são basicamente ciências empíricas, ou seja, trabalham com fragmentos da realidade. São fragmentos porque a realidade é muito mais ampla, complexa e enigmática do que a parte dela que é colocada sob investigação. Evidentemente a questão não é simples, pois as ciências empíricas envolvem discussões relativas a fatos empíricos, envolvem observação, questão, investigação, método, teste, todos de natureza empírica e, conseqüentemente, resultados, provas e conhecimentos empíricos. Digamos que são empíricas porque são as formas de investigação que mais perto procuram chegar da realidade física e química. Com a biologia, as coisas se complicaram desde que foi descoberto que a vida é código.

Entretanto, mesmo que fiquemos na física e química, não existe observação direta da realidade que não seja mediada pelos esquemas perceptivos com que somos dotados e, mais, que não dependa de instrumentos e dispositivos históricos de observação e manipulação. Mais ainda, que não dependa do nível de desenvolvimento também histórico das teorias que determinam pontos de vista específicos sobre o que está sendo observado e investigado. Ademais, as camadas de mediação têm início em um nível muitíssimo mais elementar.

Tornou-se um fato histórico bastante comentado na história e na filosofia da ciência que o observador inevitavelmente afeta aquilo que é observado. Trata-se da premissa da teoria quântica, que fascinou tanto filósofos quanto físicos, ao afirmar que, pelo simples ato de observar, o observador afeta a realidade observada. Em 1998, pesquisadores do *Weizman Institute of Science*, conduziram um experimento bastante controlado que revela que quanto maior for a quantidade de observação, tanto maior será a influência do observador naquilo que ocorre (Rehovot, 1998).

Se situações de observação controlada já demonstram que a mera presença do observador provoca efeitos na realidade, o que dizer quando, em quaisquer outras ciências, variadas camadas de mediação, que já começam na percepção, se interpõem na relação entre

aquele que investiga e aquilo que é investigado. Isso dá razão a Flusser quando considera que a imagem, o que se estende para quaisquer tipos de linguagem, funciona tanto como janela quanto como biombo, no lusco fusco de revelar e, ao mesmo tempo, esconder a realidade. Essa constatação ecoa na afirmação de Bakhtin/Volosinov (1973) de que todo signo reflete e inevitavelmente refrata aquilo que pretende representar, algo que também entra em correspondência com a metáfora flusseriana dos mapas: “mapas verdadeiros não podem existir e, portanto, não existem. Mas seriam desnecessários se existissem” (Flusser, 1998, p. 33).

Tais constatações não deveriam conduzir a conclusões relativistas facilitadoras que negam a insistência objetiva da realidade. Tanto a objetividade da realidade resiste que concepções científicas tidas como verdadeiras por algum tempo, podem ser corrigidas por meio de instrumentos e teorias mais afiadas. Quer dizer, teorias e soluções exemplares (Kuhn, 1964) não constroem a realidade. Elas perscrutam a realidade pelas diferenciadas formas de mediação que são próprias das ciências, tanto das ciências duras quanto das ciências humanas que são tanto mais ambíguas porque não tomam como objeto a suposta nudez da realidade, mas sim, discursos interpretativos da realidade, ou seja, seus objetos já são de natureza interpretativa.

De outro lado, a natureza mediada de todo conhecimento igualmente nega as teorias da verdade como correspondência, ou seja, de que haja uma ligação especular das produções do intelecto humano com uma suposta realidade. Quando muito, podem ser reivindicadas aproximações assintóticas justamente aquilo que a poesia muitas vezes alcança com mais êxito do que a ciência.

### **A verdade factual no jornalismo**

Outra área que reclama pela possibilidade de dar expressão à realidade é o jornalismo. Tomemos o jornalismo noticioso que -- diferentemente do jornalismo interpretativo e mesmo do jornalismo investigativo, mais complexo do que a notícia -- é aquele que busca ficar tão rente quanto possível do acontecimento, daquilo que, de fato, ocorreu e que Arendt (1972) chama de “verdade factual”.

O que são notícias? A notícia é uma transmissão, por algum tipo de meio -- do boca a boca, panfleto, jornal, rádio jornal, telejornal até redes sociais digitais --, de algum acontecimento, evento, fato, situação vivida em quaisquer esferas da realidade. Para ser notícia, o acontecimento precisa ser veiculado. Acontecimentos são muitos, dos mais insignificantes aos mais sensacionais. Nesse ponto, entra a tarefa jornalística. Não apenas filtrar os acontecimentos que, pela pauta, são avaliados como mais importantes, quanto também traduzir

semioticamente os acontecimentos em notícia. Só são notícias quando os fatos são devidamente investigados e registrados em linguagem, responsabilidade do jornalista, e transmitidos para domínio público, responsabilidade da instituição jornalística.

Contudo, entre o fato e o seu registro jornalístico interpõem-se inúmeras camadas mediadoras. De acordo com Oliveira (2023, p. 140), a prática jornalística resulta “de uma rede sociotécnica, enquanto o jornal, em si, é um dispositivo”. Por isso, “compreender o jornalismo como rede sociotécnica implica a observação de como ele é produzido por meio da reunião entre humanos, linha editorial, critérios de noticiabilidade, máquinas, *deadlines* necessários para impressão e distribuição dos jornais, entre outros elementos que, associando-se, participam da produção noticiosa”. Tomando por base a teoria dos actantes de Latour (1999), ou seja, tudo aquilo que faz fazer, a objetividade jornalística “é o resultado da interação entre repórteres, editores, computadores, fontes de pesquisa, técnicas de apuração, reuniões de pauta, *softwares*, técnicas de impressão e diversos outros atores” (ibid., p. 139).

Com isso, fica explicitada a ilusão relativa às ideias de que a verdade da notícia possa ser alcançada por um passe de mágica, pois inexistente o grau zero da escritura (Barthes, 1964), o que não deve levar a pensar, no outro extremo, que cessa, por isso, a responsabilidade do jornalista em relação à verdade dos fatos, um abandono inaceitável, pois levaria à ausência da necessária diferenciação entre a informação factual e as fake news. Tanto é que a tarefa diferenciadora tem ocupado, pelo menos desde 2018 no Brasil, as agências de checagem dos fatos e os discursos especializados que buscam o diagnóstico das conjunturas, especialmente políticas que são as mais afetadas pela enganação das fake news (Santaella 2018, 2021).

### **O hiato da fotografia**

A fotografia por algum tempo foi tomada como o baluarte da fidelidade quanto àquilo que ela consegue flagrar. Certamente, essa confiança sofreu profundos abalos a partir da produção imagética computacional, a que Flusser (2008) deu o nome de zerodimensionalidade, isto é, imagens produzidas por códigos computacionais, em que “tudo que é sólido derrete em variáveis intercambiantes, não coisas, abaixo da superfície, secretas, ministérios algorítmicos de metadados ocultos” (Jaffe, p. 2022, p. 3).

De fato, a entrada das imagens no universo das combinatórias computacionais implica mergulhar em um universo em que se dissipam todas as fronteiras entre a credulidade do visível e a dúvida insolúvel das origens (Santaella e Nöth, 1999, p. 195-209). Uma vez que um dos tipos de produção computacional mais bem sucedido é aquele das fotos que o computador

absorve e metamorfoseia, depois do computador, todas as imagens passaram a trazer a marca da suspeita, o que levou de roldão a antiga confiança no valor documental da fotografia. Entretanto, essa é uma circunstância relativamente óbvia, o que é bem menos óbvia é a existência de um hiato no cerne ontológico da fotografia que reclama por ser evidenciado no contexto da dose de ficção que a fotografia também abriga.

A foto é fruto de uma conexão existencial entre aquilo que é fotografado e sua captura pela câmera. Tal como Barthes tematizou em sua *Câmara clara* (1981), não há como negar que o objeto existe e que lá esteve no momento de sua captura. “Em suma, o referente adere” (ibid., p. 20). Entretanto, por mais que essa aderência seja comprovadora de uma presença, a presença em si esvai, segue a correnteza da vida. Esse é o paradoxo ontológico da fotografia, o objeto é capturado, mas o que a foto mostra é um duplo fixado e paralisado. Embora esse duplo guarde a marca, tenha a pegada do que foi capturado, ele não passa de uma sombra, um resto, uma ilusão de presença que mistifica o fato de que aquilo que foi flagrado, apesar das aparências, não é o objeto. Vem daí um oculto mal-estar, a pulsão de morte do inconsciente ótico que toda foto carrega: o hiato, o vazio intransponível entre a imagem capturada e aquilo que foi capturado. Isso quer dizer que o vazio que a zerodimensionalidade computacional esgarça, já estava oculto na origem do aparelho técnico.

Ciências duras, notícias jornalísticas e foto documental compõem o trio das linguagens que, com seus respectivos aparatos, têm em mira chegar o mais rente possível da realidade, buscando a sua verdade. Se nesse trio, em cada um à sua maneira, revela-se uma dose inelutável de ficção, o que dizer de quaisquer outros tipos de linguagens, tanto discursivas quanto visuais e áudio-visuais? Tomemos a filosofia como paradigmática.

### **As perplexidades da filosofia**

Em outra ocasião (Santaella, 2021, p. 22-25) caracterizei o discurso filosófico como marcadamente reflexivo. A reflexão costuma ser compreendida como sinônimo de meditação, prudência, discernimento e sensatez. Todos os sinônimos apontam para o pensamento que se debruça sobre uma questão com ênfase no próprio processo de entendimento e, no caso da meditação, quase sempre sobre o entendimento daquele que pensa. Pode-se dizer que se trata de uma espécie de metapensamento no sentido em que o pensamento se autoavalia enquanto algo é pensado e registrado discursivamente. Por isso, a reflexão desenvolve-se em uma temporalidade em que o tempo se torna substantivo. Quer dizer, em que o entendimento vale o tempo que gasta e que custa. Portanto, tempo ponderado, livre da impaciência e da pressa.

“Aroma do tempo” é a expressão que Han (2027, p. 5) utiliza para isso. “A verdade ela mesma é um fenômeno temporal. É uma reflexão sobre o presente eterno que perdura. A dilaceração do tempo, o presente cada vez mais encolhido e fugaz, torna-o vazio.”

A não ser nas filosofias voltadas para áreas específicas como filosofia política, filosofia da natureza, filosofia da tecnologia etc., o compromisso da filosofia é pensar sobre as grandes questões que rondam a vida humana e que na filosofia ocidental já tiveram origem nos pré-socráticos até alcançar os nossos dias, ganhando entonações diferenciadas no conjunto do pensamento de cada filósofo. Por isso mesmo seria leviano simplificar a complexidade dessas entonações em um sobrevoo ligeiro que não está, de fato, nos objetivos daquilo que este artigo visa explicitar e que, neste momento, toma a filosofia como campo de reflexão exemplar, em que, de acordo com Flusser, os limites bem demarcados entre ficção e realidade tornam-se difusos. Isto porque, em sintonia com o apreço de Flusser pela dúvida, de acordo com Klein:

Dúvida e certeza formam um casal turbulento mas inseparável, cujas aventuras têm atormentado a filosofia desde suas origens: as linhas de demarcação entre o que sabemos, o que pensamos que sabemos, o que sabemos ignorar, o que ignoramos sem saber que ignoramos, nunca deixou de assombrar os filósofos. Sócrates, Wittgenstein, Pyrrhon, Descartes ... Com que febre eles têm auscultado os critérios da verdade, cada século trazendo sua parcela de discussões e mudanças! O que nós ouvimos por “certo”? O que resistiu a todas as dúvidas? Ou aquilo que não se pode imaginar duvidar? A verdade está pairando acima do mundo ou agachada em algum empíreo inacessível? Ou está depositada nas próprias coisas, dentro do mundo empírico? (Klein, 2020, p. 37)

Flusser (1999) vai além, ao expor o estado fugaz da dúvida da dúvida, ou seja, em que tudo pode ser duvidado, inclusive a dúvida, “quando a busca de superar o absurdo da dúvida, leva esse absurdo ao quadrado”. É dessas perplexidades que se alimenta a filosofia, em hesitações nas quais “o vazio sob o humanismo consiste na realidade de não saber o que a ficção é e não é” (Jaffe, 2022, p. 4), o que implica também não saber o que a realidade é e não é, em que “é e não é” se diferencia, por mais complicado, de “é ou não é” em que tudo dependeria de uma escolha, enquanto o *e* conduz ao mergulho na perplexidade das hesitações. Nesse ponto a filosofia se encontra com a poesia. Tanto em uma quanto na outra, o distanciamento das vicissitudes passageiras da realidade, convocam, ao contrário, a aproximação mais rente ao irreconhecível do real, por vias da exploração do potencial mais inusitado da linguagem. Não por acaso, Felinto (2010, p. 9), no seu comentário sobre o *Vampyrotheutus Infernalis*, leva-nos a aproximar a ficção filosófica de Flusser ao *Unheimlich* freudiano (o estranho familiar).

Flusser não apenas pensava que todo discurso fosse uma ficção, mas também que todo discurso precisaria explicitar a sua condição ficcional” (Bernardo, 2008: p. 132). Por meio da fábula, do experimento mental (*Gedankenexperiment*), o filósofo buscava promover as

núpcias da razão e da imaginação, lançando a seu objeto um olhar renovador e diferenciado. A interpretação de Paola Bozzi é precisa: Na tentativa de abandonar o contexto do familiar, essa estratégia se avizinha ao ímpeto do pensamento fenomenológico: apenas a libertação do pensamento de todo preconceito e das armaduras categoriais permite uma nova sensibilidade a uma realidade usualmente engajada pelas ciências naturais; sensibilidade pelo singular, pelo insólito, e, com isso, uma renovação do espanto filosófico (*philosophischen Staunens*) (...) É somente depois que as camadas do familiar tiverem sido consumidas que as coisas aparecem de forma renovada, “no fulgor dos fenômenos concretos (Flusser, 1993, p. 99) (Bozzi, 2005, p. 10).

Aí está um dos segredos da filosofia poética ou poesia filosófica que a situa em uma insondável distância do linguajar corriqueiro alimentado pelas ilusões fantasiosas de que hoje as redes sociais estão prenhes na sua busca de mascarar o vazio da falta humana constitutiva, com as ininterruptas e insanas suturas da trivialidade.

### **A especificidade da ficção**

As doses de ficção da linguagem, de que a liberdade especulativa da filosofia não busca escapar, mas, ao contrário, encampa, não devem conduzir ao mal-entendido sobre a inexistência de um discurso especificamente ficcional que se abriga no território da literatura. É digno de consideração que, conforme Peirce, “o mundo real não pode ser distinguido de um mundo fictício por qualquer descrição”, ou melhor, “é verdade que nenhuma língua (até onde eu saiba) tem qualquer forma particular de discurso para mostrar que se fala do mundo real” (CP 2.337). Isso significa que o universo ficcional necessita da criação de algumas convenções específicas que alcem o leitor até um universo afastado das referencialidades próprias do discurso denotativo, sendo este um discurso que necessita de uma família de índices capazes de apontar para aquilo que é referido.

Embora o discurso ficcional também faça uso de índices, pois designações são partes indispensáveis do sistema da língua (pronomes demonstrativos, advérbios de lugar etc.), sua convenção primeira encontra-se em uma criação narrativa que conduza o leitor a assumir o pacto ficcional, ou seja, a suspensão de crenças prévias, de modo a penetrar, sem resistências, em mundos possíveis.

São muitos os autores que tratam a ficção como criadora de mundos possíveis (ver Jeha, 1993). A ficção pertence ao campo das possibilidades, da exploração de relações vivenciais que ainda não existiram, mas poderiam existir. Em contraposição ao caráter mais fortemente indicial dos discursos da comunicação, nas ficções, dominam os ícones, no sentido que lhes é dado por Peirce, pois, assim como na música, a ficção não toma o mundo existente como seu objeto e não deve a ele nenhuma fidelidade. Sua única fidelidade consiste na coerência interna, que,

segundo Aristóteles (1966) consiste na verossimilhança interna da composição narrativa, na qual personagens e seus mundos também passam a existir, já que o texto lhes dá um outro tipo de existência na esfera do possível cuja proveniência encontra-se na liberdade criadora humana alimentada pela imaginação.

A ficção não depende de um acontecimento preexistente a ser relatado. Pode até depender, mas dele se desprende para o exercício livre do imaginário. É por isso que não se impõe sobre a ficção o critério realista de credibilidade, pois, quando se penetra na ficção, esse tipo de cobrança desaparece. Ao contrário, um dos elementos responsáveis pela qualidade narrativa encontra-se na credibilidade interna das sequências, na lógica de seus encadeamentos. Não por acaso, o conceito de mundos possíveis é proveniente da lógica e da semântica, ao qual estamos aqui dando um enfoque semiótico com base em Peirce, para o qual a semiótica é uma lógica concebida em sentido amplo, não restrita à lógica simbólica, embora a inclua.

Em suma, a ficção se responsabiliza pelo incitamento do sonho, sonhar com um mundo distinto dos constrangimentos que a luta pela vida nos impõe, um mundo que poderia ser e que, muitas vezes, diante da brutalidade do real, converte-se em mundos que deveriam ser.

Sábio, portanto, estava Flusser, ao pensar no relevo da imaginação constitutiva do ficcional de que nenhum tipo de linguagem pode escapar e que a poesia, a literatura e a filosofia conduzem ao seu ponto de realização máxima. Por isso, funcionam como mirantes privilegiados para as visões prismática da realidade no lusco-fusco da relevação e do ocultamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. Verdade e política. In: Arendt, H. *Entre o passado e o futuro*, Mauro W. Barbosa de Almeida (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARISTÓTELES. *Poética*. Eudoro de Sousa (trad.). Porto Alegre: Globo, 1966.

BAKHTIN, M. e VOLOSINOV, V. Introdução. In: Bakhtin, M. e Volosinov, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1973.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*, Leyla Perrone Moisés (trad.). São Paulo: Cultrix, 1971.

\_\_\_\_\_. *A câmara clara*, Manuela Torres (trad.). Lisboa: Edições 70, 1981.

BERNARDO, Gustavo (org.). *A filosofia da ficção de Vilém Flusser*. São Paulo: Annablume, 2011.

BOZZI, Paola. Rhapsody in Blue: Vilém Flusser und der *Vampyrotheutis Infernalis*. *Flusser Studies*, n. 1, novembro 2005.

FELINTO, Erick. Vampyrotheutis: a Segunda Natureza do Cinema. A 'Matéria' do Filme e o Corpo do Espectador. *Flusser Studies*, 10, p. 9, 2010.

- FLUSSER, Vilém. Da ficção. *Diário de Ribeirão Preto*. São Paulo, 26 de agosto de 1966.
- \_\_\_\_\_. *Fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem*. Rio de Janeiro: Editora da EURJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. A dúvida da dúvida. *Folha de São Paulo, Caderno mais*, 05 de dezembro de 1999.
- \_\_\_\_\_. *Língua e realidade*. São Paulo, Annablume, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O universo das imagens técnicas. Elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A escrita*. São Paulo: Annablume, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A dúvida*. São Paulo: Annablume, 2011.
- FLUSSER, Vilém e BEC, Louis. *Vampyrotheutis infernalis*. São Paulo: Annablume, 2022.
- HAN, Byong-Chul. *O aroma do tempo*, Miguel Serras Pereira (trad.). Lisboa: Relógio D'Água, 2007.
- JAFFE, Aaron, Flusser's planet. *Flusser Studies* 33, maio-2022.
- JEHA, Julio Mimesis e mundos possíveis. *Signótica* 5, p. 79-90, 1993.
- KLEIN, Étienne. *Le goût du vrais*. Paris: Gallimard, 2020.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, Beatriz. Vianna Boeira e Nelson Boeira (trads.). São Paulo: Perspectiva, 1964.
- LATOURE, Bruno. On recalling ANT. In LAW, John; HASSARD, John. *Actor-network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 15-25, 1999.
- MITTERMAYER, Thiago. Ficção híbrida: processos cognitivos, linguagens e tecnologias. Tese de doutorado defendida na PUC-SP, orientada por Lucia Santaella, 2021.
- OLIVEIRA, Frederico Ramos. As fake news e a produção jornalística da verdade. Tese de doutorado defendida na UFBA, sob orientação de André Lemos. 2023.
- PEIRCE, C. S. (1931-58). *Collected Papers*. Vols. 1-6, Hartshorne and Weiss (eds.); vols. 7-8, Burks. (ed.) Cambridge, Mass.: Harvard University Press. As referências no texto foram feitas sob CP seguido de número do volume e número de parágrafo.
- REHOVOT, Israel. Quantum Theory Demonstrated: Observation Affects Reality. 1998. Disponível em: <https://www.sciencedaily.com/releases/1998/02/980227055013.htm>. Acesso: 23/12/2023.
- SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* São Paulo: Estação das Letras e Cores Ed., 2018.
- \_\_\_\_\_. *De onde vem o poder da mentira?* São Paulo: Estação das Letras e Cores Ed., 2021).
- SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried. As imagens podem mentir? In: Santaella, L. e Nöth, W. *Imagem. Cognição, semiótica, mídias*. 2ª.ed., p. 195-209. São Paulo: Iluminuras, p. 1999.